

**PARALELO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS
MICRORREGIÕES DE ARARANGUÁ, CHAPECÓ, FLORIANÓPOLIS E
TIJUCAS**

Karina B. Poffo Baldança – UFSC

E-mail: karinapoffo@hotmail.com

Louis Roberto Westphal – UFSC

E-mail: rs53@cse.ufsc.br

Felipe Francisco Ax Bayer – UFSC

E-mail: lipeaxbayer@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

No Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, existem acadêmicos que seguem uma linha de pesquisa, onde o foco principal é a análise socioeconômica das microrregiões do Estado de Santa Catarina com base na Visão da Qualidade do crescimento de Thomas *et al* (2000) e da Redução da pobreza de Bourguignon, (2004).

Atualmente, têm-se discutido a sustentabilidade do crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento. O que se observa é que além do crescimento do PIB é necessário levar em consideração a qualidade do tal indicador, como por exemplo, se a distribuição de oportunidades, especialmente a educação está sendo feitas de maneira equitativa; se a sustentabilidade do meio ambiente e as políticas do governo sobre combate a corrupção estão sendo praticadas de maneira efetiva para a inclusão de toda a população; se as liberdades civis e políticas, assim como o acesso a cultura, estão sendo feitos de forma integral e universal.

Através de uma análise geral pode-se verificar se determinada nação está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sua população, através dos níveis de investimentos em saneamento básico, melhorias nas condições de saúde, e educação em todos os níveis, focando principalmente nos níveis básicos, bem como na maior fiscalização ambiental, reduzindo a poluição da água potável, rios e atmosfera.

No Brasil de hoje, ouve-se muito falar na necessidade de maciços investimentos em educação, infra-estrutura sanitária, sanções mais severas para atuações que

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

prejudicam o meio ambiente, em resumo, investimentos diretos no capital humano, físico e natural que possibilitarão ao país criar condições para a melhoria na qualidade do crescimento econômico em todas as esferas sociais, principalmente àquelas mais pobres, pois possibilitará o ingresso dos mais carentes ao mercado de trabalho, tirando-os da marginalização, projetando a médio e a longo prazo um maior crescimento com qualidade para todo o país.

O Estado de Santa Catarina tem em relação aos demais Estados da Federação menores taxas de analfabetismo, índices de desenvolvimento humano, e o PIB per capita acima da média.

Essa pesquisa trata da análise da qualidade do crescimento socioeconômico de quatro microrregiões catarinenses: Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas, microrregiões estas que se diferenciam basicamente pela particularidade das estruturas produtivas e da localização.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo verificar as principais problemáticas e lacunas do desenvolvimento socioeconômico dessas microrregiões através de dados estatísticos, como: educação, saúde, condições de moradia, desigualdade de renda e produto interno bruto *per capita*. A partir dos indicadores obtidos estes são analisados, bem como será feito um paralelo da evolução do desenvolvimento econômico e social intermicrorregional.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O desenvolvimento econômico tem sido discutido há várias décadas por economistas e especialistas da área como base para promover maior acumulação e prosperidade para um determinado povo, país ou nação. Porém os conceitos de desenvolvimento têm se transformado no decorrer dos anos à medida que se incorporam outras variáveis para determiná-lo e promover o bem-estar social da população.

Segundo Bourguignon (2004), a partir da década de 1990 o conceito de desenvolvimento que estava associado ao crescimento agregado, um processo de acumulação de capital físico ou humano com o objetivo de aumentar a renda nacional, passou a agregar outras importantes variáveis não só relacionadas ao acesso a consumo e renda, mas também como maior participação política, acesso à saúde e educação, segurança particular e social, sustentabilidade ambiental e assim por diante.

Durante a década de 1970 o assunto desenvolvimento com redução da pobreza já estava em pauta nas discussões das metas de desenvolvimento mundial, porém os argumentos levantados eram analisados a luz de teorias empíricas precárias e, com a crise econômica dos anos 70 (século XX) o assunto de erradicação da pobreza foi deixado de lado. Já durante a década de 1980, com a onda neoliberal, os investimentos para restabelecimento do mercado mais uma vez subestimaram a importância de estabelecer metas para o desenvolvimento mundial com foco na redução da pobreza e na distribuição da renda.

No entanto, o enfoque na redução da pobreza e na distribuição da renda durante a década de 1990, não era assunto inédito, contudo o fator novo era de tratar o assunto conjuntamente com o crescimento econômico, e a partir de então iniciou-se uma discussão mais profunda da necessidade de se promover também o bem-estar social e não somente o crescimento quantitativo expresso essencialmente pelas variações do produto interno bruto. A concepção de pobreza também vem se transformando no decorrer do tempo, passando de carência de renda e consumo para uma visão mais ampla. Segundo Amartya Kumar Sen, pobreza engloba a carência de abrigo, educação e cuidados da saúde adequados; os pobres também são mais vulneráveis a doenças, violência, deslocamento econômico e desastres naturais; recebem atendimento precário do Estado, instituições privadas e sociedade e, frequentemente se sentem impotentes para enfrentar decisões que afetam diretamente suas vidas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Segundo uma pesquisa feita pelo Banco Mundial em 2000 intitulada como *Vozes dos Pobres*⁶, onde foi entrevistada a população de baixa renda, concluiu-se que os pobres ainda incluem como valores para redução da pobreza e melhoria na qualidade de vida os seguintes anseios: acesso a oportunidades, seguro social, sustentabilidade do meio ambiente, libertar-se da violência doméstica e social, participação na tomada de decisões políticas e sociais e poder para responsabilizar outras pessoas ou instituições pelas próprias ações.

Para Nali de Jesus de Souza (1995), universalmente não existe uma definição aceita por todos os teóricos de desenvolvimento econômico que englobe todas as variáveis determinantes. Existem correntes teóricas que determinam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e outras correntes mais atuais, que entendem que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, porém não é condição suficiente para gerar qualidade de vida e bem-estar social para a população.

Souza (1995), afirma ainda que existam modelos econômicos que enfatizam apenas a acumulação de capital como fator chave para a promoção do desenvolvimento, com a idéia de que a distribuição da renda entre os proprietários dos meios de produção, promove automaticamente a melhoria dos padrões de vida da população. Contudo, experiências atuais comprovam que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, uma vez que, nem sempre os frutos dessa expansão beneficiam toda a economia e o conjunto da sua população. Mesmo que a renda do país esteja se elevando, o nível de emprego pode estar indo na contramão, tendo seu índice rebaixado devido à robótica e as novas tecnologias utilizadas, reduzindo a necessidade de mão-de-obra, provocando concentração de renda e disparidade social.

As correntes atuais, que associam seus modelos aos países em desenvolvimento, encaram o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto interno, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse modo, Souza (2005) afirma que o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica para uma economia moderna, eficiente, onde é associado o fato da melhoria do nível de vida da população em seu conjunto.

Também fazem parte desta corrente atual, economistas críticos como Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e os chamados economistas do desenvolvimento. Para essa corrente, o desenvolvimento econômico emerge através de mudanças

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

estruturais, políticas, sociais e institucionais com foco na melhoria da qualidade de vida, produtividade e renda média da população.

Segundo Chenery (1981), desenvolvimento estrutural é caracterizado como:

“Um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição de demanda, da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais como o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno”.

Entretanto, esse processo de transformação não ocorre ao piscar dos olhos, é necessário tempo e investimento para modificar uma economia subdesenvolvida e arcaica em uma economia integrada, desenvolvida e eficiente capaz de trazer melhorias para toda a população.

Portanto, Souza (1995), define o desenvolvimento econômico como:

“Existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças nas estruturas e melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com desenvolvimento a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo gradativo e irreversível”.

O crescimento demográfico precisa ser inferior ao crescimento econômico a fim de proporcionar aumento nos níveis de emprego e arrecadação de impostos, possibilitando ao governo realizar maiores investimentos em ações sociais e assistir primeiramente a população mais carente. Através dessa sistemática, poderá haver melhorias nos indicadores sociais, melhorando os níveis de educação e de consciência ambiental. Com a melhoria na educação, os níveis de renda, no longo prazo, tendem a ser cada vez maiores, promovendo melhoria de bem estar e qualidade de vida da população, constituindo assim o desenvolvimento econômico.

Para Montibeller (1999) a idéia de desenvolvimento econômico pressupõe mudanças na estrutura da economia que viabilizem o crescimento da produtividade de forma persistente e a taxas elevadas. Montibeller (1999) também afirma que o desenvolvimento econômico está numa concepção tríade entre os capitais físico, humano e natural e enfoca na sustentabilidade do desenvolvimento. Uma sociedade evolui na direção do desenvolvimento sustentado se seu desempenho econômico, social e ambiental estiver ocorrendo de forma a garantir a toda a população qualidade de vida sem comprometer as possibilidades das gerações futuras o fazerem. Montibeller (1999) afirma que:

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

“Para haver Desenvolvimento Sustentável ou Eco desenvolvimento – isto é, o desenvolvimento na concepção mais ampla como atualmente é percebido– é necessário que as condições de vida da população melhorem, sem comprometer o meio ambiente. Isto, numa sociedade subdesenvolvida, somente se verificará quando concomitantemente forem observados os seguintes requisitos: A) aumento persistente da renda média; B) desconcentração na estrutura da distribuição da renda; C) melhoria significativa dos índices sociais; D) a condição ambiental for aprimorada ou preservada”.

Para a visão da Qualidade do crescimento e redução da pobreza, o desenvolvimento também está associado à melhoria do meio ambiente. Criar um ambiente mais limpo e sustentável é característica complementar para a redução da pobreza, uma vez que são os mais pobres os mais dependentes de florestas, reservas minerais, mares, entre outros. A urbanização explosiva tem provocado esgotamento das fontes de água potável, poluição de esgotos e mares, ocasionando desastres naturais como enchentes e alagamentos.

O crescimento acelerado pode provocar inúmeros estragos ambientais como o desmatamento de florestas, a exaustão de reservas minerais e extinção de certas espécies de animais. A atividade agrícola tende a se expandir por vastas áreas de terras ocupadas por florestas, a atividade produtiva, tende a poluir os mananciais de águas, infestar o ar atmosférico com gases poluentes, interferindo no clima e no regime das chuvas, o que afeta a saúde da população e especialmente os mais pobres, pois não possuem recursos para enfrentar as conseqüências provocadas pela aceleração insustentável do crescimento econômico.

A melhoria nos indicadores sócio-econômicos como: redução do número de indigentes e a redução da população pobre podem provocar uma melhoria na qualidade de vida da população, porém quando esses índices não são melhorados, o país pode entrar para a faixa do subdesenvolvimento. Segundo Souza (1995), o subdesenvolvimento é caracterizado pelo crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, por sua irregularidade e pela concentração de renda e da riqueza, implicando um número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total. A economia subdesenvolvida caracteriza-se ainda pela instabilidade e pela dependência econômica, tecnológica e financeira dos países desenvolvidos.

Portanto, segundo Thomas (2002), a qualidade do crescimento socioeconômico requer ações diretas no capital humano, ou seja, diretamente na população, investimentos como educação fundamental, maior equidade de gêneros, melhores

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

condições básicas de saneamento, meio ambiente mais limpo e mais sustentável, vida social mais rica e maior liberdade civil.

A qualidade do crescimento está diretamente relacionada com o investimento equilibrado nos capitais humano, físico e natural. O capital humano abrange a população total de uma nação. É preciso melhorar e intensificar a distribuição das oportunidades, não basta esgotar os recursos somente em educação e saúde, é necessário também, maior atenção com amplitude e profundidade no capital humano, sua qualidade e sua equidade, medida pela educação feminina, acesso aos pobres e grau de escolaridade. O principal bem dos pobres é seu capital humano, sendo este sua força física e intelectual. É indiscutível que o governo deva investir em educação básica, políticas de mercado subsidiadas de proteção social e distribuição de terra aos pobres, para promover maior participação dessa parte da população no sistema econômico e social.

O capital físico está relacionado com toda a infra-estrutura produtiva como máquinas e insumos. São fatores que provêm maior produtividade e divisas para um país ou nação. Políticas governamentais de investimento em fatores físicos, não são suficientes se o capital humano não estiver interligado ao capital físico e, muitas vezes, excesso de investimento nesse capital provoca deterioração no capital humano, desemprego, concentração de renda e marginalização dos mais pobres.

Já o capital natural, passou a ser levado em consideração há pouco tempo quanto fator direto ao aumento da qualidade do crescimento econômico. Sustentar o capital natural através de melhorias do meio-ambiente poderá promover melhorias na qualidade de vida dos mais pobres, uma vez que esses são mais diretamente dependentes da terra, florestas e biodiversidade. Atualmente muito se fala em promoção de políticas para sustentar o capital natural, aumentar os preços para utilização de recursos naturais, desestimular a produção daqueles que poluem águas e ar e reduzir subsídios de empresas que degradam o meio ambiente, podem gerar recursos que poderão ser alocados no capital humano, físico ou natural fazendo com que o crescimento se torne ambientalmente mais sustentável.

Portanto crescimento econômico com qualidade implica neste equilíbrio entre os capitais físico, humano e natural com políticas que resultam em redução da pobreza e sustentabilidade ambiental.

3 – ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 - *Desenvolvimento econômico*

No quesito de desenvolvimento econômico analisamos em especial o PIB (Produto Interno Bruto), este sendo setorial e *per capita*, para com isso termos uma idéia mais clara do nível de atividade econômica. No entanto, ‘desenvolver’ economicamente não restringe-se à mensuração dos valores agregados por si só, mas sim, à avaliação através de um paralelo do crescimento econômico com o crescimento demográfico. Esta relação dá-se a nível de postos de trabalho, sendo que estes devam garantir uma arrecadação maior por parte do Estado, permitindo ao mesmo um incremento nos serviços de assistência aos mais necessitados. A dinâmica assenta-se sob a prerrogativa de que a ajuda aos mais necessitados, à margem do mercado de trabalho incrementado pelo aumento do produto, torna-se mais amena e de certa forma, sustentável não comprometendo a continuidade do desenvolvimento, mediante aumento da produtividade e melhorias de modo geral no nível de bem-estar, qualidade de vida e redução da pobreza.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento econômico são os incrementos do setor industrial, reduzindo as importações de produtos industrializados e exportação de produtos agrícolas. Obviamente que investir em pesquisa, tecnologia e afins contribui para gerar certa autonomia em relação ao cenário internacional.

Todos estes quesitos, no entanto, nos levam à resultados quantitativos, o que podemos chamar de crescimento ou até desenvolvimento, já que tratam de variações no produto limitados à esta análise apenas numérica. Enquanto isso, o conceito de Desenvolvimento econômico procura mensurar qualitativamente, mediante análises na estrutura produtiva e suas evoluções, verificando se estas realmente passam de um estágio mais arcaico para uma modernização necessária à manutenção do desenvolvimento como um todo, não apenas econômico em si, mas no sentido de melhorias na qualidade de vida da população.

3.2 – *Desenvolvimento Social*

3.2.1 – *Educação*

“A melhoria na educação possibilita aos indivíduos maior inclusão social, melhores condições de emprego, autonomia e igualdade de oportunidades” (Baldança, 2008) As escolas além do papel de educar e instruir no sentido de alfabetizar, precisa inserir o cidadão na sociedade fazendo com que o mesmo seja útil, capaz e acrescente

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

valores individuais ao mercado de trabalho, em uma perspectiva mais específica, e também em uma perspectiva de bem-estar, melhorando a qualidade de vida, visto que normalmente o fator Renda depende diretamente do nível de qualificação do indivíduo.

3.2.2 – Saúde

A saúde deve ser encarada a princípio como um conjunto de medidas preventivas e de certa forma redutoras de riscos quando se fala em doenças e afins. A saúde pública portanto, engloba uma estrutura bem planejada não apenas de hospitais e postos de atendimento (também relevantes), mas redes de água potável e tratamento adequado de dejetos em geral. Obviamente, levemos em consideração as condições do ambientes como um todo, por exemplo, poluição e suas conseqüências, como doenças respiratórias; deficiências alimentares como fatores intrínsecos dos hábitos de alimentação, muitas vezes condicionados pela condição social dos indivíduos, culminando em subnutrição ou doenças relacionadas.

3.2.3 - Pobreza

A pobreza sob algumas concepções está atrelada ao desenvolvimento como um todo de uma nação, que a princípio teria como característica a desigualdade em aprofundamento, beneficiando apenas algumas classes, que desenvolver sem piorar os indicadores de pobreza consiste em um desafio necessário acima de tudo, visto que a classe de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento, ou seja aquelas que nada deste usufruem saem da posição de conformismo e lamentação, digamos assim, e tornam-se uma ameaça na sociedade como um todo.

Veloso (2001) apresenta dois conceitos de pobreza, sendo eles: pobreza relativa e pobreza absoluta. No primeiro caso, é utilizado o coeficiente de Gini, que é o indicador de desigualdade relativo na distribuição de renda que, quanto mais próximos da unidade 1 mais desigual é a distribuição de renda. Já a pobreza em termos absolutos tem em sua essência a idéia de medir os desvios de renda dos indivíduos, famílias ou grupos em relação a uma linha de pobreza geralmente determinada por critérios antropométricos.

Tem-se em todo caso uma condição de pobreza quando não se consegue satisfazer as necessidades básicas necessárias à uma vida o mínimo digna possível, como saúde, alimentação, educação, lazer, transporte, etc. No entanto, estipula-se que a alimentação deva representar aproximadamente a metade do orçamento de todas as necessidades básicas, dado isto, tem-se a renda mínima necessária. Essa renda passa a ser a *linha da pobreza*.

Souza (1995) distingue a população pobre da população miserável. Caracteriza como pobre as famílias que possuem renda familiar apenas para atender as necessidades básicas diárias (alimentação, vestuário, moradia, educação, transporte, saúde, lazer); enquanto as famílias que pertencem à faixa considerada de miseráveis ou indigentes são aquelas cuja renda familiar cobre apenas a alimentação.

A pobreza, por sua vez, também influencia na vida cultural e intelectual das pessoas, tem impacto na educação das crianças e em sua trajetória escolar, que estimula a evasão escolar e só tende a gerar mais pobreza, pois a falta de informação e capacitação faz com que os indivíduos fiquem à margem da sociedade, reduzindo as oportunidades de emprego e melhoria de renda familiar.

3.4 - Desenvolvimento Sustentável

Muitas vezes na busca pelo desenvolvimento sócio-econômico ideal, subestimam-se as condições naturais nas quais este se dá, o importante é que haja uma ação planejada no sentido de assegurar desenvolvimento também para as próximas gerações. A preocupação, podemos classificar como recente, visto que as correntes desenvolvimentistas preocupam-se muito, em especial, com os recursos naturais não-renováveis, não apenas para a um posterior desenvolvimento econômico, mas também, no âmbito da qualidade de vida: áreas verdes, poluição do ar, água e sonora, esgoto e coleta seletiva de lixo. A preocupação, sob um perspectiva mais específica, repousa-se sobre a relação mais estreita das classes mais pobres com o capital natural, dado que o comprometimento da biodiversidade como um todo piora consideravelmente a relação destes com o meio no qual vivem, visto que estes com tal degradação em maior grau são atingidos.

3.5 - Desenvolvimento Humano

O Desenvolvimento Humano já é uma categoria mais complexa, este junta fatores estrategicamente selecionados, com sendo necessários ao desenvolvimento humano dos países, constituindo, desta maneira, um indicador universal. O indicador na forma de índice foi publicado pela primeira vez em 1990 e reúne três quesitos de maneira geral: Educação(qualificação de mão-de-obra, nível cultural, instrução de modo geral), Renda(poder aquisitivo, atividade econômica) e Longevidade(engloba conceitos de saúde, expectativa de vida ao nascer, violência ,alimentação, saneamento).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH igual ou menor que 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio e países com IDH acima de 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto (PNUD, 2008).

Nível de educação mede-se mediante a análise das taxas de matrícula nos diversos níveis educacionais, ou também mediante os indicadores de frequência, contrapondo a porcentagem de pessoas de determinado local frequentadores de escolas em comparação à população em idade escolar. Mas de qualquer forma a taxa de alfabetização é, em especial, relevante, sendo obtida dividindo-se o total de alfabetizados com idade igual ou maior a 15 anos pelo total de pessoas de mesma faixa etária de determinado local.

Já a Renda, não segue o PIB – per capita, dado que este faz uma média mais eficaz em âmbitos nacional e estadual (unidades da federação), já quando tratamos de indicadores de renda municipais não podemos encarar desta maneira porque nem toda a renda municipal é efetivamente apropriada pelos seus habitantes, dado isto, analisa-se a renda municipal per capita, na qual é permitida uma desagregação por cor ou gênero da população.

A Longevidade, trabalha em especial com a expectativa de vida ao nascer, contraposta aos níveis de mortalidade ocorrida em um determinado local, sendo esta baixo, tem-se uma alta expectativa de vida ao nascer, reunindo as condições idéias de saúde, alimentação, saneamento, bem como fatores externos como segurança e predisposição à doenças.

4 – PARALELO INTERMICRORREGIONAL

Neste ítem serão apresentados os desempenhos de cada microrregião para os indicadores estudados. Após ser apresentado o desempenho quantitativo de cada microrregião, será feita uma análise onde poderá ser avaliado se houve ou não desenvolvimento com melhoria na qualidade do crescimento e redução da pobreza.

4.1 Trabalho

No quesito trabalho, foi analisado a taxa de desemprego das microrregiões no período de 1970 a 2000. Em todos os anos, a microrregião de Florianópolis foi a que apresentou o pior desempenho na taxa de desemprego, ficando em último lugar no

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

ranking. O período de 1970 a 2000 foi o momento em que a população urbana cresceu acentuadamente. A região não conseguiu absorver toda a mão-de-obra e incorporar na estrutura produtiva, ocasionando o aumento das taxas de desemprego.

Tabela 1: Ranking de Melhor desempenho de cada microrregião – Taxa de desemprego 1970, 1980, 1991, 2000 (%)

Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1970	1	Chapecó	0,16	1980	1	Tijucas	1,10
	2	Tijucas	0,59		2	Araranguá	1,75
	3	Araranguá	1,17		3	Chapecó	1,96
	4	Florianópolis	2,32		4	Florianópolis	2,45
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Chapecó	2,46	2000	1	Tijucas	6,58
	2	Araranguá	3,13		2	Chapecó	7,45
	3	Tijucas	3,95		3	Araranguá	9,98
	4	Florianópolis	4,48		4	Florianópolis	12,59

Além da redução do PIB *per capita* da microrregião, as razões para o aumento do desemprego estão relacionadas tanto à evolução do desemprego conjuntural como do estrutural. Outra conseqüência do aumento do desemprego tem sido uma maior precarização das condições gerais do emprego, devido ao aumento do recurso ao setor informal de trabalho como forma de sobrevivência do trabalhador desempregado pelo setor formal.

O quadro 1 mostra o *ranking* com a posição de cada microrregião e suas taxas de desemprego para o período de 1970 a 2000. No qual em todos os anos, nas microrregiões em tela aumentaram suas taxas, o que faz concluir que em relação à oportunidade de trabalho a região não teve condições de absorver os recursos humanos disponíveis.

3.2 Educação

Em relação à educação foram analisados os indicadores: alfabetismo 15 anos ou mais, analfabetismo de 7 a 14 anos e evasão escolar de 10 a 14 anos trabalhando. Embora os indicadores tenham apresentado melhorias nos últimos anos, a microrregião de Chapecó é a que mais precisa de assistência para combater o analfabetismo. Acredita-se que por ser uma região predominantemente agrícola, onde o acesso à escola se torna precário, as taxas de alfabetismo não cresceram na mesma proporção que nas

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

outras microrregiões. No ano de 2000, exceto a microrregião de Chapecó, todas as demais apresentaram taxa de alfabetismo superior a 90% para a faixa etária 15 anos ou mais.

Tabela 2: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Alfabetismo 15 anos ou mais - 1991 e 2000 (%)

Alfabetismo – 15 anos ou mais				Alfabetismo – 15 anos ou mais			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	87,54	2000	1	Florianópolis	91,96
	2	Tijucas	85,24		2	Araranguá	90,61
	3	Araranguá	85,06		3	Tijucas	90,23
	4	Chapecó	85,04		4	Chapecó	88,60

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Já em comparação com as taxas de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos, a microrregião de Tijucas é a que apresentou o melhor desempenho entre os anos de 1991 e 2000. Onde se conclui que a médio prazo o analfabetismo deverá ser erradicado na microrregião.

Tabela 3: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Alfabetismo 7 a 14 anos - 1991 e 2000 (%)

Analfabetismo – 7 a 14 anos				Analfabetismo – 7 a 14 anos			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Tijucas	7,66	2000	1	Tijucas	2,71
	2	Florianópolis	7,97		2	Araranguá	3,08
	3	Araranguá	10,68		3	Chapecó	3,32
	4	Chapecó	10,87		4	Florianópolis	3,37

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

A microrregião de Florianópolis, que no indicador anterior obteve o melhor resultado, não apresentou melhorias que fizessem com que sua posição no *ranking* fosse melhor, caiu do 2º para o último lugar em 2000, perdendo até mesmo para Chapecó, que no indicador anterior teve o pior desempenho. E pelo simples fato de a capital do Estado fazer parte da microrregião, é que se concentram os mais variados serviços educacionais, sendo que, dentre os mais de 130 estabelecimentos de ensino estadual que se encontram em Florianópolis, muitos abrigam simultaneamente escolas municipais, em turnos diferentes

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Tabela 4: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evasão Escolar 10 a 14 anos trabalhando - 1991 e 2000 (%)

Evasão Escolar – 10 a 14 anos trabalhando				Evasão Escolar – 10 a 14 anos trabalhando			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	3,88	2000	1	Florianópolis	2,50
	2	Araranguá	13,59		2	Tijucas	12,41
	3	Tijucas	14,22		3	Araranguá	14,35
	4	Chapecó	18,77		4	Chapecó	18,78

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Uma explicação para o abandono, seria a falta de melhores oportunidades de trabalho que justifiquem a necessidade de mais anos de estudo, a falta de lazer e recreação nas escolas, o estado deplorável das bibliotecas. CECCA (2001) afirma que permanece a realidade inquestionável do estado de desamparo do ensino público nos seus níveis fundamentais. Este, em geral, é um ensino destinado às pessoas de baixa renda enquanto as demais procuram escolas particulares de qualidade, consolidando ainda mais a desigualdade social.

3.3 Saúde

Analisando o desenvolvimento social sob o aspecto saúde tem-se como parâmetros os níveis da mortalidade infantil e expectativa de vida

Tabela 5: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Mortalidade Infantil – para cada mil nascidos vivos – 1991 e 2000 (‰)

Mortalidade Infantil				Mortalidade Infantil			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	36,7	2000	1	Florianópolis	24,4
	2	Chapecó	39,1		2	Chapecó	26,3
	3	Tijucas	39,9		3	Tijucas	30,0
	4	Araranguá	43,4		4	Araranguá	30,3

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Nas microrregiões, em tela verifica-se que todas apresentam redução da Mortalidade Infantil. Com diferentes níveis tem-se Florianópolis com a microrregião onde nos anos de 1991 e 2000 tem queda de 37,7‰ para 24,4‰, enquanto as demais não apresentam taxas tão baixas sendo Araranguá aquela que em 2000 uma apresenta uma taxa de 30,3%.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Tabela 6: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Expectativa de Vida – 1991 e 2000

Expectativa de vida				Expectativa de vida			
Ano	Ranking	Microrregião	Anos	Ano	Ranking	Microrregião	Anos
1991	1	Florianópolis	67,2	2000	1	Florianópolis	71,1
	2*	Tijucas	66,3		2	Chapecó	70,5
	3*	Chapecó	66,3		3	Tijucas	69,4
	4	Araranguá	65,2		4	Araranguá	69,2

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

*Empate

A Expectativa de Vida reflete numa série de condições inerentes a qualidade de vida e os níveis de bem-estar auferido pela população de uma determinada região. Segundo os dados da tabela acima verifica-se que houve incrementos generalizados nos anos focalizados sendo que Florianópolis apresenta uma Expectativa de Vida de sua população de 71,1 anos.

Pode-se concluir que, em relação aos indicadores da saúde, a microrregião de Florianópolis foi a que apresentou os melhores resultados, embora, a evolução das outras microrregiões tenha sido acentuada no período de 1991 a 2000. Entretanto, a microrregião de Araranguá é a que apresentou os piores resultados, necessitando assim, maior atenção no que se refere à saúde da população da região, para que o crescimento com qualidade e redução da pobreza aconteça se verifique e se desenvolva de forma mais equitativa em relação às demais regiões do Estado de Santa Catarina.

3.4 Índice de desenvolvimento Humano

Ao focalizar o indicador que representa o desenvolvimento humano das microrregiões e seus sub-índices, verifica-se que a microrregião de Chapecó foi a que apresentou as melhores taxas de evolução e permaneceu em primeiro lugar em todos os indicadores.

Tabela 7: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH-M e IDH Renda – 1991 e 2000 (%)

IDH_M				IDH-Renda			
Período	Ranking	Microrregião	Taxa	Período	Ranking	Microrregião	Taxa
1991 - 2000	1	Chapecó	14,09	1991 - 2000	1	Chapecó	16,68
	2	Tijucas	11,01		2	Araranguá	15,73
	3	Florianópolis	9,93		3	Tijucas	14,67
	4	Araranguá	3,01		4	Florianópolis	13,56

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração dos autores

Florianópolis e Araranguá foram as microrregiões que mais apresentaram oscilações. Em relação à educação e renda, Florianópolis ficou em último lugar. Já para o índice municipal e sub-índice de longevidade, a microrregião de Araranguá apresentou-se em último lugar.

Tabela 8: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Evolução IDH-Educação e IDH-Longevidade – 1991 e 2000 (%)

IDH-Educação				IDH-Longevidade			
Período	Ranking	Microrregião	Taxa	Período	Ranking	Microrregião	Taxa
1991 - 2000	1	Chapecó	8,18	1991 - 2000	1	Chapecó	18,98
	2	Araranguá	7,89		2	Florianópolis	10,51
	3	Tijucas	7,31		3	Tijucas	11,62
	4	Florianópolis	5,69		4	Araranguá	9,79

Fonte: Dados primários: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD. Elaboração dos autores

Em geral, quando se analisa o crescimento com qualidade, verifica-se que para essas regiões o bem-estar da população não vem acontecendo uniformemente. A evolução positiva indica a médio e longo prazos a formulação de políticas que permitam um desenvolvimento econômico e social mais homogêneo.

3.5 Pobreza

Ao analisar os indicadores de pobreza e indigência, verifica-se melhorias em todas as microrregiões, sendo que parte da população afastou-se da linha da pobreza e hoje vive com renda que possibilita melhorar seu bem-estar.

Tabela 9: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas pobres – 1991 e 2000 (%)

Pessoas Pobres				Pessoas Pobres			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	31,84	2000	1	Florianópolis	9,04
	2*	Tijucas	33,74		2	Tijucas	14,4
	3*	Araranguá	33,74		3	Araranguá	22,15
	4	Chapecó	40,18		4	Chapecó	23,03

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

*Empate

O nível de pobreza de uma população está diretamente relacionado com seu grau de escolaridade, e o que foi visto e analisado, é que a microrregião de Florianópolis

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

possui os melhores indicadores de educação, pois está localizada junto à capital do oferece maior universalidade de opções na área da educação. Em contrapartida, Chapecó vem como último colocado em ambos os quesitos, apresentando os piores indicadores, o que reflete diretamente na situação de pobreza da microrregião.

Tabela 10: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Pessoas Indigentes – 1991 e 2000 (%)

Pessoas Indigentes				Pessoas Indigentes			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	7,88	2000	1	Florianópolis	4,85
	2*	Tijucas	11,15		2	Tijucas	5,34
	3*	Araranguá	11,15		3	Araranguá	7,68
	4	Chapecó	27,32		4	Chapecó	11,79

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

*Empate

Com os dados apurados, verifica-se a real necessidade de investimentos em educação para que, já no curto prazo possam ser reduzidos os atuais níveis de pobreza e indigência da população que ocorre em todas microrregiões.

3.6 Condições de Moradia

As condições de moradias nas microrregiões de Araranguá, Chapecó, Florianópolis e Tijucas, medidas pela percentual de domicílios com água encanada, energia elétrica e instalação de esgoto adequado melhoraram significativamente.

Tabela 11: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Água Encanada– 1991 e 2000 (%)

Domicílios com Água Encanada				Domicílios com Água Encanada			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	97,61	2000	1	Florianópolis	99,14
	2	Tijucas	91,23		2	Araranguá	98,89
	3	Araranguá	90,97		3	Tijucas	96,92
	4	Chapecó	27,32		4	Chapecó	89,38

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Tabela 12: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Energia Elétrica – 1991 e 2000 (%)

Domicílios com Energia Elétrica				Domicílios com Energia Elétrica			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Florianópolis	98,74	2000	1	Araranguá	99,81
	2	Araranguá	98,45		2	Florianópolis	99,70

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

	3	Tijucas	97,60		3	Tijucas	99,50
	4	Chapecó	82,34		4	Chapecó	94,35

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Tabela 13: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Domicílios com Esgoto Adequado – 1991 e 2000 (%)

Domicílios com Esgoto Adequado				Domicílios com Esgoto Adequado			
Ano	Ranking	Microrregião	Taxa	Ano	Ranking	Microrregião	Taxa
1991	1	Araranguá	57,17	2000	1	Araranguá	77,33
	2	Chapecó	46,42		2	Tijucas	70,50
	3	Tijucas	42,16		3	Florianópolis	46,85
	4	Florianópolis	38,78		4	Chapecó	40,94

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Em pelo menos dois dos três quesitos analisados dentro do fator Condições de Moradia, têm-se a microrregião de Florianópolis com melhores indicadores, energia elétrica e água encanada, porém estranhamente no último, esgoto adequado, aparece nas piores posições. Apesar do alto grau de urbanização da microrregião, verifica-se que muito de sua estrutura ainda é demasiadamente arcaica crescendo rapidamente e necessitando urgentemente ampliação da rede de esgoto.

3.7 Distribuição de Renda

Nesse item é apresentado o índice de Gini para as quatro microrregiões em análise. Apesar de o índice mostrar que houve concentração de renda em todas as microrregiões, Florianópolis foi a que menos concentrou sua renda.

Tabela 14: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – Índice de Gini– 1991 e 2000

Índice de Gini				Índice de Gini			
Ano	Ranking	Microrregião	Índice	Ano	Ranking	Microrregião	Índice
1991	1	Florianópolis	0,4698	2000	1	Florianópolis	0,4698
	2	Tijucas	0,4781		2	Tijucas	0,4917
	3	Araranguá	0,5067		3	Araranguá	0,5270
	4	Chapecó	0,5315		4	Chapecó	0,5500

Fonte: Dados primários: IPEA-DATA. Elaboração dos autores

Quanto à evolução do índice de Gini, é também a microrregião de Florianópolis que no período 1991 a 2000 se manteve constante a desigualdade da renda, a evolução

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

não foi tão ampliada como nas outras microrregiões. Enquanto nas demais microrregiões tem-se incrementos com destaque para Araranguá e Chapecó

Na entanto, a microrregião de Chapecó que ficou em último lugar no *ranking* de desigualdade da renda, em relação à evolução da concentração da renda ficou em terceiro lugar. Para a Visão da qualidade do crescimento todas as microrregiões não alcançaram melhorias que possibilitassem as suas populações maior desenvolvimento humano no que diz respeito à distribuição da renda.

3.8 Produto Interno Bruto

Após comparar os aspectos do desenvolvimento social e sustentável, é feita a análise do desempenho do PIB *per capita*, entre as quatro microrregiões, onde será possível verificar se a situação de saúde, educação, pobreza, condições de moradia e a concentração da renda estão acompanhando a evolução da renda *per capita*

Tabela 15: Ranking de Melhor Desempenho de cada Microrregião – PIB per capita – média de 1999 a 2004 (R\$)

PIB per capita - média			
Período	Ranking	Microrregião	PIB – R\$
1999 - 2004	1	Chapecó	12444,50
	2	Florianópolis	9452,67
	3	Tijucas	9420,50
	4	Araranguá	7187,50

Fonte: Dados primários: IBGE. Elaboração dos autores

Apesar de possuir o maior PIB *per capita* médio no período 1999 a 2004, a microrregião de Chapecó, não apresentou bons indicadores de educação, saúde, pobreza, condições de moradia e desigualdade da renda. O alto PIB *per capita* pode mascarar uma realidade que só poderá ser conferida se forem analisados os dados referentes às condições sociais da população. E, só através deste estudo é que poderão ser feitas políticas de desenvolvimento voltadas para cada indicador, seja ele, saúde, educação ou condições de moradia.

Já a microrregião de Florianópolis, no *ranking* com segundo melhor desempenho no PIB *per capita*, também apresentou bons indicadores na educação,

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

saúde, pobreza, condições de moradia e desigualdade de renda, o que de modo geral, contribuiu direta ou indiretamente para o aumento do PIB *per capita*.

As microrregiões de Tijucas e Araranguá apresentaram indicadores intercalados, ora satisfatórios ora insuficientes. Mas ainda assim a microrregião de Tijucas apresentou melhores indicadores que os de Araranguá, em especial na saúde, educação, pobreza e distribuição da renda. Araranguá ficou em último lugar no indicador da saúde e em terceiro na educação, mas apesar de seu PIB *per capita* ter sido o último colocado no *ranking*, alguns indicadores foram melhores que os de Chapecó que ficou em primeiro lugar. Assim, tem-se desenvolvimento econômico e social com diferentes níveis de evolução sugerindo crescentes desequilíbrios intermicrorregionais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de desenvolvimento econômico vem sendo muito discutido nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, onde se passou a incorporar aspectos qualitativos em sua definição, como a redução da pobreza, a distribuição da renda mais igualitária, melhores oportunidades de emprego, educação e saúde, maior equidade de gênero e sustentabilidade do meio ambiente.

Neste contexto, esta pesquisa foi desenvolvida com base na Visão da qualidade do crescimento e do Desenvolvimento e redução da pobreza, que parte do princípio de que somente o crescimento do PIB não é capaz de determinar se há desenvolvimento ou aumento da qualidade de vida da população, é necessário avaliar outras variáveis qualitativas, para poder então mensurar o bem-estar social.

A partir daí, foram selecionados os indicadores populacionais, de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade para que a comparação entre as microrregiões pudesse ser realizada, assim como a análise do crescimento com qualidade.

Desta forma, verifica-se o crescimento da população em todas as microrregiões, e principalmente a migração do campo para os centros urbanos que, dado o início do processo de industrialização e a expansão do setor serviços passou a receber um número cada vez maior de residentes.

A PEA, certamente, comportou-se como a população total, crescimento e concentração nas áreas urbanas. No entanto, os setores produtivos não conseguiram absorver o excesso de mão-de-obra disponível e as taxas de desemprego se elevaram, principalmente a partir de 2000, que devido aos vários fatores conjunturais provocaram a desaceleração da economia.

O setor terciário foi o que mais participou na composição do PIB das microrregiões de Florianópolis e Araranguá. Chapecó, por concentrar o maior complexo agroindustrial do país, e Tijucas pelas indústrias de calçados e cerâmica, têm no setor secundário a base de sua estrutura produtiva, com praticamente 50% do PIB concentrado neste setor.

O PIB *per capita* cresceu em quase todas as microrregiões, com exceção para Florianópolis que, devido à explosão demográfica apresentou decréscimos nos últimos

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

anos. Chapecó foi a que apresentou o melhor indicador e bem acima da média de Santa Catarina, no entanto, com concentração da renda nos últimos anos.

Ao relacionar o desenvolvimento social, através dos indicadores de educação, saúde, pobreza e trabalho, verificou-se que todas as microrregiões evoluíram com exceção ao quesito trabalho, onde as taxas de desemprego aumentaram para todas, o que se deve aos mais diversos fatores, endógenos e exógenos da economia. E, sob a ótica das teorias estudadas, mostra em números a evolução do crescimento econômico com qualidade, proporcionando melhoria do bem-estar da população.

Atualmente, a sustentabilidade do meio ambiente tem sido discutida com mais entusiasmo pelos mais diversos órgãos competentes, no entanto, pouco tem sido feito. Com relação as indicadores utilizados para mensurar as condições de moradia das famílias, pode-se observar que as condições sanitárias ainda encontram-se deficitárias. A microrregião de Florianópolis sofre com o grave problema da escassez de água nos períodos mais quentes do ano, pois a população multiplica com a chegada dos turistas.

Outra situação encontrada é a falta de investimentos nas redes de coleta de esgoto sanitário, menos de 50% das residências possuem este benefício, onde acabam por despejar seus dejetos nos mares e mananciais, poluindo o lençol freático, praias, rios e lagoas da região. Esta situação merece extrema atenção da parte dos órgãos fiscalizadores, pois a falta de uma rede de coleta de esgoto adequada afeta diretamente os mais pobres, que pela falta de recursos acabam contaminando-se com as águas poluídas contraindo doenças infecto-contagiosa.

Para os outros indicadores, instalação de rede elétrica e domicílios com água encanada, todas as microrregiões evoluíram, sendo que em 2000 praticamente 90% de todas as residências já possuíam tais benefícios, o que comprova que até os mais carentes já podem usufruir dessas melhorias.

O IDH é um índice-chave para os objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas. Além de levar em conta a renda dos residentes, ele busca analisar a educação e a longevidade da população. A educação constitui uma exigência para melhor colocação da mão-de-obra no mercado de trabalho e é um elemento indispensável para o exercício da cidadania, livre arbítrio e mobilidade social. E, no que diz respeito à longevidade, quanto mais a população vive, melhor tendem a ser as condições de saúde, e conseqüentemente mais qualidade de vida. Para esse indicador todas as microrregiões

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

proporcionaram melhorias para seus residentes, em especial Chapecó e Araranguá que alcançaram as melhores evoluções.

Por último, deve-se considerar a desigualdade da renda por ser um indicador efetivamente importante, pois analisa o grau de concentração de cada microrregião. E, para este elemento, verificou-se que em todas as microrregiões houve aumento da concentração da renda, o que põe em jogo a qualidade do crescimento econômico, pois a teoria considera que, para haver desenvolvimento humano é necessário que a renda seja distribuída de forma mais igualitária, proporcionando a todos, o acesso aos serviços básicos.

Por fim, diante do exposto, conclui-se que houve crescimento com qualidade e redução da pobreza para todas as microrregiões selecionadas, embora alguns itens necessitem de maior assistência, como as elevadas taxas de desemprego nos perímetros urbanos com reflexos sobre a favelização e marginalidade e com o aumento do número de idosos aumentando a demanda por assistência médica, social e previdenciária. Entretanto, a evolução nos indicadores da educação, saúde, condições de moradia e IDH, proporcionaram aos residentes das microrregiões de Araranguá, Chapecó, Tijucas e Florianópolis aumento da qualidade de vida e o desenvolvimento humano, até aqui estudado.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.C.C.S (Associação Catarinense de Criadores de Suínos). Disponível em <http://www.accs.org.br> . Acesso em 03 fevereiro 2008.
- BOURGUIGNON, François; WOLFENSOHN, James D. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva**. Banco Mundial. 2004.
- CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (SC). **Qualidade de vida e cidadania: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida de Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 216p.
- DOMINGOS, Danuza. **Paralelo de desenvolvimento microrregional: microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba**. Florianópolis, 2007.
- FUNDAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.fiescnet.com.br . Acesso em: 31 jan. 2008.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2007.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. In: Textos de economia, 4(1), 1993.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. **Planejamento regional: síntese metodológica**. Fortaleza: [s.n], 1977.
- HABERLER, Gottfried. **Crescimento econômico e estabilidade: uma análise da evolução das políticas econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976. 271 p.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> .Acesso em: 17 novembro 2007.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Dados regionais**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br> . Acesso em: 13 junho 2007.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.
- LEITE, Antônio Dias. **A economia brasileira: de onde viemos, onde estamos e o que esperar do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- MARQUES, Alice Fernandes. **Paralelo de desenvolvimento sócio-econômico das microrregiões de Criciúma, Canoinhas e São Miguel D'Oeste**. Florianópolis, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A educação básica no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Combate à discriminação no trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores municipais de saúde**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br> . Acesso em 15 dez. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Painel de Indicadores do SUS, 2006**. Disponível em <http://portal.saude.gov.br> . Acesso em 30 jan. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 27 nov. 2007.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. **Brasil o estado de uma nação**: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do país. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home>. Acesso em: 15 ago. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 4 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SESPA (Portal de Saúde Pública do Pará). **O que é IDH?** Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br> . Acesso em 28 jan. 2008.

SILVA, Carla Roseni da. **Paralelo de desenvolvimento microrregional**: microrregiões de Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão. Florianópolis, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed.rev. São Paulo: Atlas, 2005.

SPG (Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina). Estatísticas: resumo socioeconômico regional. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br> . Acesso em 28 dez. 2007.

THOMAS. Vinod. *et al.* **A qualidade do crescimento**. São Paulo: UNESP, 2002. Disponível em < <http://www.bancomundial.org.br>. > Acesso em: 17 ago. 2007.

VELLOSO. João Paulo dos Reis. *et al.* **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991. p. 108.

VELLOSO. João Paulo dos Reuis. *et al.* **Estratégia social e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.